

## CRUESP PASSA CHEQUE PRÉ-DATADO PARA 2001... E A GREVE CONTINUA

A reunião plenária da Assembléia Permanente da Adunicamp contou com a presença de 246 docentes. Desde 1988 não tínhamos uma assembléia tão numerosa. Indignados, os presentes rejeitaram por unanimidade o arremedo de contra-proposta do CRUESP, que pôs fim, definitivamente, à expectativa de que houvesse, por parte dos reitores, qualquer disposição para negociar. A única novidade com relação à proposta anterior, maciçamente rejeitada pela comunidade das três universidades, foi o que se poderia chamar de um cheque pré-datado para 2001: os 3,75% correspondentes ao abono de 28% concedido em abril (divididos por 8, segundo a lógica da nossa reitoria de confundir abono com reajuste) seriam incorporados ao salário a partir de janeiro do próximo ano.

Não é surpresa que a continuidade da greve tenha sido aprovada, em seguida, com apenas 2 votos contrários.

### Reunião com CRUESP custa 69 milhões

O item (a) do comunicado do CRUESP 003/2000-05-09 é outro primor de má retórica baseada em péssima aritmética, nos moldes que vimos apontando em nossos Boletins. Propõe “a criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento dos recursos transferidos às Universidades pelo Tesouro do Estado que, a partir de julho, poderia reunir-se mensalmente para sugerir ao CRUESP novos avanços salariais quando o ICMS previsto pelo Orçamento do Estado for superado de forma substantiva pelas chamadas Diferenças de Arrecadação. **O CRUESP reunir-se-á com o Fórum das Seis para decidir sobre medidas concretas, com base nesses estudos, quando a soma acumulada das “Diferenças de Arrecadação” repassados às Universidades em 2000 (o excesso não previsto de arrecadação do ICMS) exceder 50% da Folha de Pagamento mensal conjunta (em termos práticos, quando exceder em R\$ 69 milhões a projeção oficial do Governo Estadual)”**.”

No ano passado, os adiamentos sucessivos das reuniões marcadas para o segundo semestre baseou-se em pretextos circunstanciais vários. Este ano, o que se tenta instituir, em inédito arroubo de imaginação, são regras tecnocráticas para legitimá-los.

### Reitores, inclusive ex-sindicalista, ameaçam com ilegalidade da greve

O primor maior ficou por conta do discurso legalista dos reitores. O citado comunicado do CRUESP “**alerta para a gravidade das paralisações e piquetes ilegais que hoje se verificam nas três Universidades**”. Quem diria que há um ex-sindicalista, ex-presidente da Adunicamp, entre os três valorosos mosqueteiros?

#### Agenda do Fórum

- 1 — Envio de ofício ao CRUESP, com o seguinte teor: (a) exigência da apresentação das planilhas referentes à arrecadação do ICMS para os meses de abril e maio; (b) solicitação de nova reunião de negociação para sexta-feira, 12 de maio, pela manhã.
- 2 — Convocação de nova reunião do Fórum para sexta-feira, 12/5, à tarde, na sede da Adusp.

#### Agenda da greve na Unicamp

- 1) **Hoje**, às 10h, reunião aberta do comando de greve na sede da Adunicamp. Todas as pessoas que desejem contribuir para o nosso movimento estão convidadas a comparecer.
- 2) **Hoje**, às 12h, saída de ônibus, do estacionamento da Biblioteca Central, para o ato público do funcionalismo estadual, em São Paulo, em frente ao Palácio dos Bandeirantes.
- 3) Quinta-feira, **dia 11/5**, às 14h, Assembléia Geral Universitária, no Ciclo Básico, com a participação de professores, funcionários e alunos.
- 4) Sexta-feira, **dia 12/5**, às 10h, no Anfiteatro da Adunicamp, debate “Educação e Neoliberalismo”, com a participação dos professores: Armando Boito (IFCH/Unicamp, autor de livro “Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil”), Reginaldo de Moraes (IFCH/Unicamp) e Ivani Pino (FE/Unicamp).

## Aritmética ruim, retórica péssima... Política pior ainda

O “Reitoria Comunica” de 8 de maio de 2000 constitui um forte indício da força do nosso movimento. A retórica mantém-se, superficialmente, a mesma: tentar convencer-nos da irracionalidade das nossas reivindicações. Por outro lado, aos poucos, como já assinalamos em outros Boletins, os termos estão mudando: de “irresponsáveis” passamos a “ingênuos” e, agora, a “afoitos”, isto é, carentes de “cautela com previsões”. Num recuo aparente, a reitoria tenta passar a imagem de que o estudo do Fórum está sendo levado a sério.

O espantoso é que os contabilistas de plantão da Reitoria não se importem de passar por maus matemáticos a fim de construir novos sofismas com o intuito político óbvio de salvaguardar a folga na execução orçamentária para implantar projetos que a comunidade desconhece.

A simulação da arrecadação de 99 apresentada naquele comu-

nicado é uma impressionante demonstração da robustez do estudo do Fórum: as margens de erro são pequenas. Tão pequenas que a sua discussão poderia, caso tivesse sido de fato levada a sério pelos reitores, ter tido lugar na reunião técnica com o CRUESP. Ao invés disso, como todos sabem, na última reunião técnica, a delegação do Fórum teve de perder enorme tempo para mostrar à delegação do CRUESP que não é cabível oscilar entre fluxo de caixa e regime de competência de reunião para reunião.

Por que o professor Hermano Tavares percorre as Unidades, munido de transparências, prestando-se ao papel de erigir em regra a exceção constituída pelo primeiro semestre de 99? Mesmo quem não estudou Estatística sabe, intuitivamente, que os efeitos de um fosso profundo tal como o então ocorrido na arrecadação do ICMS não se diluem em um ou dois meses. A escolha desse período para a “inicialização” da simulação não parece casual. Outra é a

situação atual: desde o segundo semestre de 99, a mesma arrecadação configura um patamar estável, com pequenas oscilações locais. Estaria mesmo o reitor tentando nos convencer de que um erro de cerca de 5% num mês excepcional tal como fevereiro de 99 é alarmante?

Torna-se, agora, evidente, que não é isso que está em jogo. Toda essa ridícula guerra a números que são públicos visa apenas a continuar escondendo outros números, estes privados: os que sustentam os planos da reitoria e do CRUESP para o excedente da arrecadação do ano passado e — não fosse tão alta a nossa mobilização atual — deste ano.

Fazer planos para a Universidade sem a participação da comunidade, ainda que, porventura, isso não implicasse o seu sacrifício, é uma política inaceitável para quem quer que esteja envolvido com a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade neste País.

**NEGOCIAÇÃO DE  
VERDADE. JÁ!**

## Prefeito do campus tenta boicotar ato público de estudantes, funcionários e docentes

A vigília, transformada em ato público, realizada em frente à reitoria da Unicamp, durante a reunião de negociação de Cruesp com o Fórum das Seis, em 9 de maio último, foi um sucesso. Cerca de 1200 pessoas, dentre estudantes, funcionários e docentes, permaneceram no pátio da reitoria durante toda a manhã daquela terça-feira ensolarada, na expectativa de que as negociações, que se realizavam na cidade de

Rio Claro, chegassem a um resultado satisfatório para os trabalhadores das universidades públicas do Estado de São Paulo. Um incidente extremamente desagradável ocorreu, todavia, logo no início da manhã: o prefeito do campus, o professor Orlando Fontes Lima Júnior tentou, com ajuda de seguranças da Unicamp, impedir que fosse feita a ligação da aparelhagem de som no painel de energia elétrica localizado

nas proximidades da porta principal da reitoria. Frustrado na sua primeira investida, determinou que fosse desligada a energia elétrica de todo o setor que inclui a reitoria e o Banespa. Sentindo a pressão do grande número de participantes no ato, o prefeito decidiu autorizar a ligação da energia. Mesmo assim, permaneceu numa atitude intimidadora, fotografando funcionários presentes na manifestação.